



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2017.

(Dos Srs. Assis Melo e Orlando Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão da TLP E TJLP, que dispõe sobre a taxas de juros.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública dessa Comissão para debater os efeitos e repercussões da Medida Provisória nº 777/2017, “que institui a taxa de longo prazo TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da marinha Mercante e dá outras providências”.

Para tanto, sugerimos que esta Comissão convide as seguintes pessoas:

- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERG-RS;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ;
- Representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul - SIMECS;
- Representante do Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos-DIEESE
- Dr. Germano Rigoto, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA

As mudanças a serem promovidas pela MP 777/2017, no que diz respeito as regras de aplicação da Taxa de Longo Prazo (TLP) e da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vem causando enorme controvérsias entre Governo, empresários e trabalhadores. Não há consenso de que estas modificações serão positivas para a economia do país e para a criação de mecanismos que favoreçam o crescimento da produção.

Para tanto, consideramos necessária a realização de um debate envolvendo especialistas e representantes das principais entidades do setor produtivo nacional, para auxiliar esta Comissão na formação de uma opinião mais clara acerca dos resultados a serem alcançados com a aplicação dos dispositivos da MP 777/2017.

Sala da Comissão, de agosto de 2017.

Deputado ASSIS MELO
PCdoB/RS

Deputado ORLANDO SILVA
PCdoB/SP